

Segunda-Feira, 27 de Julho de 2026

Não é apenas lista de nomes

Mato Grosso é um estado continental. São 142 municípios espalhados por mais de 900 mil quilômetros quadrados. Mas nenhuma distância geográfica justifica que milhares de pessoas passem meses e, em muitos casos, anos aguardando uma consulta, um exame ou uma cirurgia enquanto suas doenças avançam.

Como médica da Atenção Primária à Saúde há mais de 20 anos, conheço essa realidade muito antes de entrar no debate político. Atendi mães desesperadas pela consulta de um filho, idosos perdendo a qualidade de vida à espera de um exame e pacientes com suspeita de doenças graves vivendo a angústia de não saber quando seriam atendidos.

Todos os dias sou acionada por pessoas dos quatro cantos de Mato Grosso relatando que precisam de consulta com especialista, de exame de alta complexidade, de uma vaga de UTI ou de uma cirurgia. São histórias de sofrimento que revelam um sistema que deixou de oferecer respostas no tempo em que elas são mais necessárias.

Essa realidade também ficou evidente percorrendo cerca de 90 municípios, ouvindo a população de todas as regiões do estado. Encontramos diferentes demandas, mas uma delas apareceu de forma praticamente unânime: a saúde pública é hoje a maior preocupação dos mato-grossenses. A demora na regulação e a dificuldade de acesso aos serviços especializados foram reclamações recorrentes.

A fila da regulação se tornou um dos maiores dramas da saúde pública em Mato Grosso. E há um agravante que torna essa situação ainda mais cruel: o cidadão simplesmente não sabe onde está na fila.

Depois de sair da unidade de saúde com um encaminhamento, ele desaparece dentro do sistema. Não sabe quantas pessoas estão à sua frente, não conhece a previsão de atendimento e passa a conviver com a insegurança. A espera deixa de ser apenas por um procedimento e passa a ser também por uma resposta.

Isso precisa mudar.

É plenamente possível implantar um sistema digital, acessível pelo celular ou computador, para que cada paciente acompanhe sua posição na fila de consultas, exames e cirurgias. Transparência não resolve todos os problemas, mas devolve dignidade ao cidadão e permite que ele saiba exatamente em que etapa do processo está.

Mas não basta mostrar a fila. É preciso fazê-la andar.

Em um estado com as dimensões de Mato Grosso, a telemedicina precisa deixar de ser exceção para se tornar política pública. Uma rede estadual de teleconsultas pode aproximar especialistas de quem vive no interior, reduzir deslocamentos, acelerar diagnósticos e ampliar o acesso à saúde com muito mais eficiência.

Ao mesmo tempo, é indispensável fortalecer a Atenção Primária. Quando o posto de saúde funciona bem, muitas doenças são diagnosticadas precocemente, os pacientes são acompanhados corretamente e menos pessoas precisam enfrentar a longa espera por atendimentos especializados. Investir na atenção básica é investir em prevenção, organização da rede e qualidade de vida.

A saúde pública precisa de gestão, planejamento e tecnologia.

Também precisa de compromisso.

A saúde não pode viver de promessas de fim de mandato. Quem administrou Mato Grosso nos últimos oito anos teve tempo suficiente para modernizar a regulação, dar transparência às filas, ampliar a telemedicina e fortalecer a atenção básica.

Se essas soluções são reconhecidas como necessárias agora, por que não foram implementadas antes?. O cidadão que esperou anos por uma consulta ou perdeu um familiar na fila do SUS não pode ser tratado como espectador de promessas feitas no apagar das luzes.

A fila do SUS não é apenas uma lista de nomes. Ela representa vidas interrompidas, diagnósticos tardios e famílias inteiras vivendo sob o peso da incerteza. Em muitos casos, representa pessoas que não resistiram ao tempo de espera.

Mato Grosso pode fazer diferente. É possível construir uma saúde mais humana, mais transparente e mais eficiente, utilizando a tecnologia a favor das pessoas, fortalecendo a atenção básica e garantindo que a distância geográfica nunca mais seja uma sentença para quem precisa de atendimento.

Quem espera por saúde não pede privilégio.

Exige um direito garantido pela Constituição e, acima de tudo, respeito à sua vida.

Natasha Slhessarenko é médica, empresária e professora da UFMT